

A bomba das dívidas

Nos últimos anos, um dos temas mais recorrentes do noticiário a respeito das finanças públicas é a rolagem da dívida dos Estados. Ainda na semana passada, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou que está em curso a renegociação das dívidas mobiliárias dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Juntas, essas dívidas se aproximam da casa da centena de bilhão de reais.

Como em todas as renegociações realizadas nos últimos anos, o objetivo desta também é o de encontrar condições — valor das prestações, juros, prazos, carências, etc. — que sejam suportáveis pelos devedores, mas que representem um compromisso destes no sentido de evitar o agravamento de seus problemas financeiros.

O que a história das renegociações recentes mostra, no entanto, é que a cada facilidade oferecida para os governos estaduais corresponde um aumento da dívida. Ou seja, renegociar a dívida antiga dos Estados tem sido apenas a senha para que os governadores contratem dívidas novas.

É esta, em resumo, a conclusão que se pode tirar do estudo sobre a dívida dos governos estaduais coordenado pelo economista Bill Dillinger, do Departamento Brasil do Banco Mundial, e do qual o jornal *Gazeta Mercantil* apresentou um resumo na semana passada. Como diz o jornal, a dívida dos Estados tornou-se uma espécie de bomba-relógio difícil de ser desarmada, porque vem crescendo de maneira descontrolada e ameaça o programa de estabilização.

Os números que mostram a evolução dessa dívida são assustadores. Até o início desta década, era necessário muito tempo para que a dívida dos Estados dobrasse. De R\$ 21 bilhões em 1985, essa dívida só atingiu R\$ 40 bilhões sete anos depois, em 1992. Daí em diante, porém, o crescimento tem sido extremamente veloz. O saldo dobrou em apenas dois anos e, no final de 1995, já atingia R\$ 97 bilhões.

Em 1993 realizou-se uma renegociação que resolveu o problema de caixa imediato dos governos estaduais, mas apenas empurrou o problema para o futuro. Apesar das vantagens conseguidas, os Estados devedores não estão honrando os poucos compromissos assumidos, o que leva ao crescimento geométrico do saldo devedor. E este tem sido invariavelmente transferido para as costas do Tesouro Nacional, que tem sido o avalista em última instância das renegociações. É como se houvesse canais inesgotáveis de déficit ligados ao grande “rio” do Tesouro... que deságua sempre no bolso dos contribuintes.

Em novembro do ano passado, o Conselho Monetário Nacional aprovou o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados que, de um lado, cria linhas de financiamento para o ajuste do quadro de pessoal e

para a quitação das operações de antecipação de receitas orçamentárias contratadas pelos Estados mas, de outro, exige controle e redução de gastos com pessoal, privatização, concessão de serviços públicos, controle de estatais, compromissos com o fim do déficit e redução real do valor da dívida, isto é, pagamentos. As intenções são boas, mas a falta de mecanismos visíveis que obriguem ao cumprimento dessas condições antecipa a sua previsível ineficácia.

Para se ter uma idéia do que é tratar para valer um problema de endividamento ou falência de um governo, basta lembrar o que aconteceu na cidade de Nova York, quando ela foi à falência em 1975.

Um Conselho de Emergência para Controle Financeiro foi criado com a participação dos maiores credores, com poder de veto sobre os gastos da cidade, sobre a contratação de empréstimos e sobre as decisões fiscais. O Conselho estabeleceu o prazo de três anos para que a cidade equilibrasse seu orçamento. O custo do ajuste foi dividido entre todos os interessados. Os governos federal e estadual providenciaram um empréstimo ponte, os moradores e consumidores de serviços concordaram com aumentos de tarifas e com a suspensão de subsídios, os sindicatos de empregados públicos tiveram de aceitar 25 mil demissões, o adiamento de aumentos de salários e o aumento de sua contribuição previdenciária. Os contribuintes tiveram os impostos aumentados e os credores concordaram em rolar suas dívidas.

No Brasil, deixa-se que tudo flua para o Tesouro e seja transformado em inflação, que é paga pelo povo mais pobre.

Os Estados, por mais endividados, continuam com todos os canais para contrair novas dívidas abertos ao uso sempre “criterioso” de governadores que ficam quatro anos no poder. Emitem títulos, e quando o mercado passa a recusá-los, como já é o caso de São Paulo, esses títulos são trocados por títulos do Tesouro. O Estado, então, não paga os juros devidos ao Tesouro, que converte mais esta conta em aumento da dívida anterior. Enquanto isso, os governadores saqueiam os Banespas da vida, aumentando a dívida também por esse lado. “Paga-se”, eventualmente, essa conta, com Fepasas e aeroportos que não viram dinheiro...

Os fornecedores e empreiteiras também não recebem. Mas como o Tesouro é sempre o avalista das obras contratadas, diretamente ou porque avaliza os empréstimos dos governadores junto a bancos privados, mais uma enxurrada corre para o “rio”...

Por enquanto, continuamos “ancorados” à paridade do dólar e ao aperto dos juros. Mas até quando o País poderá agüentar, se o governo não passar a tratar o problema das dívidas estaduais para resolvê-lo, como fez Nova York, e não apenas para transferi-lo para os contribuintes, como vem fazendo?